ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DE FINANÇAS, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA; DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE, LAZER E TURISMO; DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS, AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, NO DIA DEZENOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE DOIS. (19-12-2022).

Ao décimo quarto dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, quarta-feira, às oito horas e trinta cinco minutos, foi realizada a Reunião Conjunta das Comissões Permanentes de Finanças, Legislação e Justiça; de Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Lazer e Turismo; de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, realizada por videoconferência, para discutirem temas diversos. **Participaram da reunião:** os Vereadores Adimar José Cota, Edson Agostinho de Castro, Fernando Sampaio, Marcelo Macedo, José Sales, Pedro Sousa, Sônia Azzi, Manoel Douglas, Maurício Borges e Ricardo Miranda. **Registraram Presença:** Carolina Queiroz - Consultora Técnica Apó Territorial - Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga (CIMVALPI); Valdirene Caetano - Coordenadora de Arrecadação da Receita Municipal; Denise Coelho de Almeida - Secretária Municipal de Meio Ambiente; Dr. Israel Quirino - Procurador Municipal; Amarildo Antônio Teixeira Junior - Engenheiro eletricista da Prefeitura; Anderson Ribeiro Mourão, Agente de Relacionamento com Clientes da CEMIG; Camila Pereira - CIMVALPI; Carlos Rodrigo de Paula - Membro da comissão do subdistrito de Crasto; Edvaldo Andrade - Secretário de Governo; Marcella Pimenta - Analista de Relações Institucionais; Micheline Francisca de Paula Membro da comissão do subdistrito Crasto; Ricardo Diniz - Gerente de Relações Institucionais; Rodolfo Pereira, Chefe do Departamento de Fiscalização; Silvério da Luz - Diretor Técnico CIMVALPI; Bruno Alexandre de Paula - Membro da comissão do subdistrito de Crasto; Crisdane Francisca de Araújo - Membro da comissão do subdistrito Crasto; José Adalberto - Diretor Institucional da CIMVALPI; Antônio - TECNET; Thatiele Monic - Associação Quilombola; Marcella Ester - Analista de Relações Institucionais Vivo **ABERTURA:** "Em nome de Deus e do povo Marianense, havendo número regimental" o Vereador Fernando iniciou os trabalhos agradecendo a presença e todo, e consultou os demais Vereadores sobre a leitura da ATA da última reunião. A leitura foi dispensada, e a ATA foi aprovada sem ressalvas. Com a palavra, o Vereador Fernando submeteu os projetos para a emissão de pareceres pelos membros das comissões, para serem analisados e aprovados para reunião ordinária. **Projeto de Lei n°150/2022 Emenda n°76.** Com a palavra, o Vereador Edson questionou o motivo de alteração da emenda. Em resposta, Dr. Corjesu esclareceu que é apenas para normatizar os revezamentos ocorridos em outubro, disciplinando a forma de revezamento, com relação à Emenda n°79 "possuí vicio de legalidade acarretando em duas férias para os servidores, ferindo princípios da legalidade." Seguidamente, a emenda possui pareceres, jurídicos e contábeis favoráveis, colocado em votação, sendo aprovada por unanimidade e liberada para a pauta da reunião ordinária. Com a palavra, o Dr. Corjesu explicou novamente os problemas do **Projeto de Lei n°150/2022 Emenda n°79** para os demais Edis, colocado em votação, sendo aprovada a sua arquivação por unanimidade. **Projeto de Lei n°150/2022** "Altera

a Lei n° 3623/2022 e dá outras providências" possui pareceres, jurídicos e contábeis favoráveis, colocado em votação, e aprovada por unanimidade e liberada para a pauta da reunião ordinária. **Emenda ao Projeto de Lei n° 161/2022** que "Institui ao Plano Diretor de Mariana da outras providências" possui pareceres, jurídicos e contábeis favoráveis, colocado em votação, e aprovada por unanimidade e liberado para a pauta da reunião ordinária. **Projeto de Lei n° 161/2022** que "Institui ao Plano Diretor de Mariana da outras providências" Com a palavra, o Vereador Marcelo questionou se já foram conferidas as Emendas a este projeto? Em resposta, o Vereador Fernando declarou que sim, pelo Procurador da Casa, Dr. Corjesu Quirino, e pela Coordenadora de Protocolo, Patrícia Gomes. Complementando, o Dr. Corjesu disse que foi elaborado pela Karla Sabino da Secretária de Obras, e conferidas pela Câmara, o Projeto possui pareceres, jurídicos e contábeis favoráveis, colocado em votação, e aprovado por unanimidade e liberado para a pauta da reunião ordinária. **Emenda ao Projeto de Lei n° 170/2022** que "Regulamenta a instalação de funcionamento de alojamento de moradias coletivas no território Municipal" possui pareceres, jurídicos e contábeis favoráveis, colocado em votação, sendo aprovada por unanimidade e liberado para a pauta da reunião ordinária. **Projeto de Lei n° 170/2022** que "Regulamenta a instalação de funcionamento de alojamento de moradias coletivas no território Municipal" Com a palavra, o Vereador Marcelo expõe que irá sugerir a adição de outra emenda a este projeto durante a reunião ordinária, dado que ele possui receito por esta lei não ser fiscalizada corretamente. Projeto possui pareceres, jurídicos e contábeis favoráveis, colocado em votação, sendo aprovada por unanimidade e liberado para a pauta da reunião ordinária. **Projeto de Lei Complementar n° 776/2022** que "Altera a estrutura organizacional da Secretária de Educação" possui pareceres, jurídicos e contábeis favoráveis, colocado em votação, e aprovado por unanimidade e liberado para a pauta da reunião ordinária. Passando para o próximo tópico desta reunião, iniciaram a discursam do **Projeto de Lei n°147/2022** que "Aprova o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para os Municípios Associados ao Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga - CIMVALPI e dá outras providências" Com a palavra, a Sra. Denise afirmou que foi aprovado recentemente o Plano Municipal de Gestão de resíduos, logo a aprovação deste projeto irá auxiliar no modelo de trabalho regionalizado, como também, ele dará apoio para a aplicação do Marco Legal de Saneamento do Governo Federal, aprovado em dois mil e vinte, obrigando a tornar a gestão de resíduos autossustentável, e por Mariana trabalhar em uma escala menor, tornaria este serviço mais caro. Com a palavra, a Sra. Caroline iniciou uma apresentação a fim de dar a abrangência deste projeto, tem-se que o projeto inicialmente incorporaria todos os trinta e nove municípios, dado que, para a aplicação deste empreendimento é necessário escala, destacando que o consórcio atua somente na área de manejo dos resíduos sólidos, não tratando a pauta de água e esgoto. Conforme as leis aprovadas, os municípios necessitam fazer o comprimento de metas, que não serão aplicadas para Mariana, dado que, o município já possui lei própria de destinação. Seguindo para o próximo slide, a Sra. Carolina apresentou algumas leis que destinam algumas imposições aos municípios, dentre os quais, tem-se a regulamentação que está em processo na Assembleia Legislativa que incluiu Mariana na regionalização do CIMVALPI, destaca que este processo já foi aprovado em trinta e duas cidades e

faltando apenas as Cidades de maiores pesos no processo. Disse que este projeto vem para agregar e corrigir o Plano Municipal, dado que o arranjo de Mariana não é aplicável atualmente. Seguidamente, apresentou o programa e gerenciamento intermunicipal. Com a palavra, o Vereador Fernando questionou qual o motivo da cidade de Mariana ser escolhida para receber esses resíduos? Em resposta, à Sra. Carolina disse que após estudo realizado, a cidade possui a melhor logística para reduzir os custos dos municípios, além de já possuir um aterro licenciado. Com a palavra, o Vereador Marcelo questionou quantas cidades estarão incluídas neste processo? Em resposta, a Sra. Caroline disse que serão nove cidades, e que até o momento está em fase de modelagem, a fim de verificar a viabilidade, dado que a intenção é enterrar o mínimo, como também, a necessidade de capacitação de no mínimo de duzentas toneladas para viabilização da usina. Em réplica, O Vereador Marcelo perguntou "O consórcio possui um estudo de vida útil do aterro marianense? Qual a logística? Qual os valores que serão repassados por estes municípios?" dado que, sem estes dados o Edil não se sente à vontade de apreciar este projeto na corrente data. Em resposta, a Sra. Carolina declarou que é muito importante estes questionamentos, mas ressaltou que o momento é de modelagem do projeto, pois, quando á aprovação deste processo inicial, o que a Câmara está realmente aprovando é somente o planejamento, fazendo com que o Município se adéque a grandes arranjos, que hoje, são imposições da legislação Federal e Estadual, como também, tem-se que o recurso disponível só será cedido por meio de gestão consorciada, sendo assim, somente após esta aprovação inicial, será liberado um recurso, no valor de dois milhões de reais, para a realização dos estudos necessários. Complementando, a Sra. Denise diz já possuir um estudo, efetuado pela Fundação Renova, que expõe que o tempo de vida útil do aterro marianense, trabalhando de forma regionalizada, com média de duzentas toneladas dia, seria de vinte anos, isto se não for realizado nenhuma adequação. Com a palavra, o Vereador Marcelo questionou qual a quantidade de resíduo que Mariana gera por dia? Em respostas, a Sra. Denise, indaga que atualmente e recebido setenta e três toneladas por dia, devido à flutuação populacional causado pelas empresas no município. Com a palavra, o Dr. Corjesu perguntou quais são os municípios citados? Em resposta, a Sra. Denise diz que são: Ouro Preto, Mariana, Itabirito, Barra Longa, Acaiaca, Diogo de Vasconcelos, Piranga, Porto Firme e Presidente Bernardes. Lembrou que Ouro Preto está solicitado a criação desta usina em sua região, devido este processo remunerar o município sede. Com a palavra, o Vereador Fernando questionou "qual o valor da remuneração? Com relação aos maquinários necessários, as prefeituras terão que comprar? Como será essa funcionalidade?" Em resposta, a Sra. Carolina diz não possuir conhecimento do valor, pois estes estudos ainda não foram finalizados, dado que são diversas as etapas deste processo, momentaneamente o Consórcio está apresentando apenas a destinação final destes resíduos, por fim, reafirmou, "a provação do plano não é a aprovação da destinação, pois isso despende do resultado da modelagem que irá retornar para a Câmara" Com relação aos maquinário, hoje o Consórcio trabalha com contratos de locação, mas Mariana não participara disto, devido ao processo ocorrer dentro do território, possuindo caçambas próprias e as gestões internas de coleta, capina e limpeza de rua ainda contínua a cargo do município. Com a palavra, o Vereador Fernando diz ser necessário mudar o Artigo Terceiro do projeto de lei, dado que por ele, essa gestão

passaria para o Consórcio. Esclarecendo este ponto, a Sra. Caroline declarou que quando se trata da regionalidade, existe a necessidade de regular o serviço, por meio de Lei, assim sendo, é necessário a titularidade dada pelo município, como também, tem-se diferença do porte geográfico e populacional de cada cidade. Com a palavra, o Vereador Marcelo solicitou a mudança do Artigo Quarto, pois dá o entendimento que todo serviço será passado para a CIMVALPI. Com a palavra, o Vereador Edison perguntou se a escolha da cidade de Mariana se dá pelo posicionamento geográfico? Em resposta, a Sra. Caroline afirma que em parte, dado que o estudo inicial, possui mais de três mil páginas, este disponibilizado em seu site, e, além disso, foi averiguado a geologia, trafego, transito, etc; e após analise por meio de um algorítimo, ficou definido um ponto entre Mariana e Ouro Preto, mas devido Mariana já possuir um aterro, a cidade foi escolhida. Com a palavra, o Dr. Corjesu, expõe que em sua opinião, entende que os artigos citados, da mesma maneira que os demais Edis, e por diversos problemas já sofridos por Mariana, pode-se pensar na criação do projeto em Ouro Preto, dado que já se tem o recebimento do esgoto desta cidade pelo rio Ribeirão do Carmo, dentre outras análises, por fim, declara a necessidade de ser debatido amplamente estas questões, pois é sabido que Mariana possui consorcio de iluminação pública que não está funcionando. Com a palavra, o Vereador Marcelo questiona, quantas toneladas de lixo e produzido por município. Em resposta, a Sra. Caroline disse que no momento deve-se tirar o foco do aterro, pois, no processo está incluso uma estação de tratamento de resíduos, devido esta usina possuir capacidade de recepção de até duzentas toneladas, dentre os quais, até quarenta e cinco por cento é reaproveitada e retornam para cadeia produtivo, outra parte passa para geração de energia elétrica. Com a palavra, a Sra. Valdirene perguntou se em algum momento e feito a incineração do lixo? Qual o método utilizado? Em resposta, a Sra. Caroline disse que esse procedimento e proibido por lei, com exceção a resíduos de saúde, com relação ao método vem-se estudando os tunes mecanização e o método de gaseificação, sendo este, com mais eficiente no ponto de vista ambiental e financeiro. Dando continuidade, a Sra. Carolina reafirmou que neste momento, o projeto que está em votação é apenas o de planejamento não o de execução. Com a palavra, o Dr. Israel reafirma as falas da Sra. Caroline, dizendo, "este projeto apenas autoriza o Executivo a pensar junto com os demais municípios qual é a melhor alternativa da gente cuidar deste resíduo urbano" logo, se demostra ideal a regionalização de polos devido a questões populacionais e geográficas, ocasionando, de algumas cidades não conseguirem sediar tal empreendimento. Seguidamente, explanou sobre o Artigo Terceiro da lei que é "autorizar o exercício a titularidade em consórcio", ou seja, "será discutido o exercício de titularidade nesta forma associativa, desta forma, não se está transferindo o problema da CIMVALPI, não estamos delegando poderes a ninguém, até porque no artigo quatro se tem o seguinte, a outorga e delegação só acontece por meio de licitação," logo não se pode afirmar nenhuma informação dada. Seguidamente, disse que somente após a aprovação desta PL, será discutido o que será demando para a Cidade de Mariana. Com a palavra, o Vereador Marcelo solicitou explicações do Artigo Quinto. Em resposta, a Sra. Caroline é um decreto municipal, onde sera nomeado dois servidores e uma pessoa da sociedade civil organizada, preferencialmente alguém do CODEMA, COMUSA, concelhos municipais e sociedade dos catadores, formando então um grupo com trinta e nove servidores que acompanharam a criação do plano inicial, e agora, por meio de

decreto, retornam as atividades para o acompanhamento da implementação das metas dos programas intermunicipais. Com a palavra, o Vereador Fernando reafirma que este projeto deve ser revisto e discutidos em mais reuniões, aprofundar nos temas e quais os benefícios trarão para a cidade, e pela complexidade deste projeto deve-se ser reavaliado pelas próximas comissões que serão formadas no ano seguinte. Com a palavra, o Vereador Marcelo concorda com as afirmações do Vereador Fernando e agrega as Leis vigentes do Município, que devem ser observadas antes desta votação. Com a palavra, o Vereador Manoel complementou que gostaria dos números atuais do processo de coleta utilizado no município, com valores, custos, mão de obra, etc. Pois acredita não conseguirá votar este projeto sem maiores informações. Com a palavra, a Sra. Denise relatou que o processo de coleta não entra no plano de gestão do Consórcio, com relação à funcionalidade da coleta do Município atualmente, e por meio de locação de equipamentos e mão de obra da APA, dado que, então desde dois mil e dezenove com problemas de laçarem um edital para terceirizar este serviço, pois "algumas pessoas vêm tumultuando este processo", e a fim de não dispensarem a licitação, foi feita a locação de equipamentos e contratação de mão de obra da APA. Com a palavra, o Dr. Israel declarou que o processo de votação deste projeto realmente deve ser adiando para esclarecer todos os questionamentos levantados pelos Edis, desta forma, irão reformar a apresentação e agraciar a população e os Vereadores sanando suas dúvidas, lembrando que, deve-se sempre procurar a resolução de maneira intermunicipal, pois não se justifica a resolução do problema local se suas vizinhanças não os solucionarem. Com a palavra, o Sr. Silvério declarou que as demandas impostas pelos Edis serão solucionadas e será posteriormente apresentado um projeto mais robusto, ressaltou o erro de não ter inserido o Legislativo na confecção do empreendimento, dado o impacto que este processo causa município e sugeriu uma excursão para São Paulo para apresentação do processo e das usinas, foi deliberado pelo Vereador Fernando. Seguindo para próxima pauta, o Vereador Marcelo relata diversas reclamações da população de Camargos sobre à ausência de sinal da operadora Vivo na região. Com a palavra, a Sra. Marcella disse que, antes de adentrar ao questionamento, falou sobre o problema que a empresa vem enfrentando de esgoto dentro das suas caixas de transmissão, que foi relatado em reunião anterior e seguidamente marcado uma visita, no dia seis de dezembro de vinte e dois, onde os responsáveis pelo Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) compareceram, no entanto, não houve projeção de resolução da questão e, com isso, a manutenção e instalação de novas redes esta impossibilidade pela Vivo. Outro Problema está relacionado a Cachoeira do Brumado, especificamente na rede de energia e na estrada, onde a empresa teve que investir trinta mil reais para obras de acesso á torre. Com a palavra, o Vereador Fernando indagou estar ciente das causalidades de Cachoeira do Brumado, e isto é obrigação do município realizar, dado que o acesso ao local é de responsabilidade da cidade. Com relação a Camargos, a Sra. Marcella indagou que o problema foi causado por um curto no equipamento, e devido ao alto valor monetário desta maquina, o processo de aquisição foi demorado, mas já foi resolvido. Por fim, solicitou a que seja mantida a manutenção das entradas e que seja solucionado os problemas das caixas. Partindo para o próximo tema desta reunião, onde o Vereador Maurício questionou, por meio de um requerimento, os problemas relacionados ao subdistrito de Castro. Com a palavra, a Sra. Thatiele relembra que em

reunião anteriores com o, Prefeito Interino Ronaldo Bento e os Vereadores Pedro Sousa e José Antunes, ficou firmado que o município se responsabilizaria em disponibilizar a iluminação e extensão de rede da região. Com a palavra, o Sr. Amarildo relata que até outubro, não havia sido registrada as demandas dos quilombolas, logo o processo licitatório só poderia ser feito após esta listagem. Afirma que atualmente existem cento e dezessete demandas listadas e quarenta e sete já estão em andamento e as demais em processo licitatório. Com relação ao Castro, foi averiguado a necessidade de oito postes para iluminação pública e instalação de padrão, esta demanda já foi licitada e está em processo de realização. Na vila Santa Efigênia está em processo de construção de uma rede de baixa tensão, fazendo o percurso da via, até o momento já foi solicitado a ONS desta obra, para que seja feito a construção da rede de iluminação. Lembrou que todas as solicitações serão agregadas de valores futuros a serem pagas pela população. Ainda com a palavra, o Sr. Amarildo citou sobre a iluminação, que foi solicitada de Castro até Furquim, onde a estrada a ser iluminada tem cerca de cinco quilômetros, desta forma, para que seja efetuado, gastaria em média mais de um milhão de reais neste projeto, necessitando também de licenças ambientais e o pagamento de custo de manutenção e utilização para um local onde o fluxo de pedestres e mínimo, sendo assim, inviabilizando entre empreendimento. Finalizando a situação de Castro, o Sr. Amarildo declarou que deve ser feito a restruturação dos postes e padrões da localidade, já foi passado para o Executivo e autorizado. Com a palavra, a Sra. Thatiele perguntou sobre a situação de Imbaúba. Em resposta, o Sr. Amarildo falou que efetuará a medição e criação de processo, mas em determinado momento a Cemig solicita que seja efetuado a regularização fundiária da localidade, logo, paralelamente demanda dos Edis fazerem as Pls para regularizar a área. Com a palavra, a Sra. Micheline disse com relação aos custos financeiros, os residentes já estão cientes, no tocante a iluminação da entrada que liga a Furquim não é prioridade para os moradores, a prioridade e a iluminação do subdistrito e solicitou que a iluminação se estenda até próximo à fazenda de Zé de Odete, devido a uma moradora idosa residir na proximidade e a melhoria das estradas. Com a palavra, o Vereador Mauricio requisitou que fosse finalizada a pracinha da localidade, como também, a reforma da escola local, e questionou qual o prazo para realizar as obras de iluminação do Castro. Com a palavra, o Sr. Amarildo afirmou estar ciente e que todos os projetos serão solicitados e efetuados simultaneamente, por comunidade, por fim, declarou que não possui prazo para início das obras, mas seria em mais de seis meses devido ao alto volume de obras paradas que estavam paradas na Secretária. Com a palavra, o Vereador Mauricio reafirma seu compromisso em cobrar as demandas da população em busca melhorias para a cidade. Com a palavra, o Vereador Ricardo questiona qual o problema está ocorrendo com a iluminação de Claudio Manoel e o Vereador Fernando solicitou a poda de galhos encostando na rede elétrica no distrito da Barroca. Em resposta, o Sr. Amarildo afirma que irá averiguar se a demanda de Barroca já está incluída no cronograma. Com a palavra, o Sr. Anderson respondendo ao requerimento recebido, diz que desde dois mil e quinze, ficou definido pela ANEEL, que o Município fica responsável pela implantação, manutenção e melhoria da iluminação pública, então estas obras ficam a cargo do município. Com relação à Vila Santa Efigênia relata já existir uma rede onde a Cemig está fazendo a sua extensão, solicitou as demandas sejam encaminhadas antes da reunião, para que as informações

sejam levantadas por setores, logo diversos questionamentos não serão respondidos neste momento. A fim de dar esclarecimentos sobre a falta de energia, diversos municípios da região estão passando por ações preventivas. Com a palavra, o Vereador Marcelo agradeceu a Cemig pela instalação do transformador no distrito de Monsenhor Horta e solicitou a troca de outro transformador na sede da banda da localidade. **Palavra Livre. ENCERRAMENTO:** "Não havendo mais nada a tratar em nome de Deus e do povo Marianense", o Vereador Maurício encerrou a reunião às onze horas seis minutos. **Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada:**